



Atlas-Repertório dos Municípios na Educação e na Cultura em Portugal (1820-1986)

Encontro Internacional

12-13 dezembro 2014

Os Municípios na modernização educacional e cultural

LIVRO DE RESUMOS

Instituto de Educação
Universidade de Lisboa
Anfiteatro

Título:

Livro de Resumos do Encontro Internacional *Os Municípios na modernização educacional e cultural*

Organizadoras: Áurea Adão; Justino Magalhães; Raylane Barreto; Teresa Rosa; Fernanda Marinha; Gabriela Lourenço; Patrícia Gomes

Edição: **Instituto de Educação da Universidade de Lisboa**

Comissão Organizadora

Membros

Áurea Adão
Justino Magalhães
Raylane Barreto
Teresa Rosa
Fernanda Marinha
Gabriela Lourenço
Patrícia Gomes

Índice

Apresentação	5
Programa	7
Apresentação das Comunicações	11
Participantes	15
Conferências	25
Mesas redondas	31
Comunicações	43

Apresentação

O Encontro Internacional *Os Municípios na Modernização Educacional e Cultural* visa três objetivos fundamentais: tematizar os municípios na educação, na cultura e no desenvolvimento local; congregar e dar a conhecer programas e experiências de municipalização educativa e cultural; dar a conhecer o contributo do *Atlas-Repertório* para a história dos municípios na educação e na cultura em Portugal.

Este Encontro internacional e interdisciplinar, que encerra o Projeto *Atlas-Repertório dos Municípios na Educação e na Cultura em Portugal (1820-1986)*, vem na sequência de outros realizados em anos anteriores. Para além de temas relacionados com os municípios como objeto histórico-pedagógico, pretende-se também proporcionar tempo e espaço para apresentação de realidades nacionais e internacionais, nos planos cultural, social, político, administrativo, museológico, patrimonial, através de comunicações livres e de painéis.

O Projeto *Atlas-Repertório* teve como principal objetivo reconstituir e dar a conhecer, por meio de suporte textual, cartográfico, estatístico, a ação dos Municípios nos campos da educação e da cultura, no Portugal Contemporâneo, estabelecendo uma longa duração entre a emergência de um proto-sistema escolar que, no fundamental, tomou os municípios como referência e como polos de desenvolvimento, e o quadro autonómico do poder local, subsequente à Revolução Democrática e consignado na Lei de Bases do Sistema Educativo. O Projeto é financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia e pela Fundação Calouste Gulbenkian, tem como instituição de acolhimento o Instituto de Educação da Universidade de Lisboa e conta com a participação da Direção-Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas.

Programa

Dia 12 de dezembro (6ª feira)

09.30 horas | Sessão de abertura

10.00 horas | Conferência: *El Municipio como sujeto histórico-pedagógico*

Juan Manuel Fernández Soria (Universidade de Valência, Espanha)

Moderador: António Gomes Ferreira (FPCE/UCoimbra)

11.00 horas | Pausa

11.15 horas | Mesa Redonda: *Os Municípios na Educação e na Cultura em Portugal*

- *Intermitências dos Municípios na Educação e na Cultura em Portugal*

Justino Magalhães (IE/ULisboa)

- *Rede Pública de Escolas de Ensino Primário no Ex-Distrito da Horta em 1860*

A Adesão dos alunos assenta em tradição familiar?

Norberta Amorim (GHP-ICS/UMinho)

- *Transformações espaço-temporais da Educação em Portugal*

Jorge Rocha e Cristina Henriques (IGOT/ULisboa)

Moderador: Luís Nuno Espinha da Silveira (FCHS/UNL)

13.00 horas | Almoço

14.30 horas | Comunicações livres

16.30 horas | Intervalo

17.00 horas | Painéis

Dia 13 de dezembro (sábado)

9.30 horas | Mesa Redonda: *Municipalismo e desenvolvimento local*

- *O Município de Lisboa enquanto território educativo, no Portugal de Oitocentos*
Áurea Adão (IE/ULisboa)
 - *Município ou Região? A perspetiva do ensino técnico*
Luís Alberto Marques Alves (FL/UP)
 - *O municipalismo, a educação e o desenvolvimento local: Pelotas-RS, Brasil – Primeiras décadas do séc. XX*
Giana Amaral (Universidade Federal de Pelotas/RS, Brasil)
 - *Municípios e desenvolvimento local – São Paulo na década de 1950*
Mauro Gonçalves – (PUC/SP, Brasil)
- Moderador: Sérgio Claudino (IGOT/ULisboa)

11.30 horas | Intervalo

11.45 horas | Comunicações livres

13.00 horas | Almoço

14.30 horas | Conferência: *Os Municípios portugueses e o legado histórico-pedagógico*

José Amado Mendes (Universidade Autónoma)

Moderador: Justino Magalhães (IE/ULisboa)

15.30 horas | Mesa de encerramento: *O Projeto "Atlas-Repertório dos Municípios na Educação e na Cultura em Portugal (1820-1986)": um balanço final*

Justino Magalhães (Investigador Responsável)

Frank Simon (Consultor)

José Amado Mendes (Consultor)

Juan Manuel Fernández Soria (Consultor)

Moderador: Sérgio Campos Matos (FL/ULisboa)

18.00 horas | Encerramento dos trabalhos

Apresentação das Comunicações

Dia 12 de dezembro (6ª feira)

Eixo 1: *Municípios – Governo do local, cartas educativas, oferta escolar*

Sala: Anfiteatro

Horário: 14h30 – 18h00

Coordenador: João Pinhal

Comunicações:

- António Gomes Ferreira & Inês Rodrigues, *Perspetivas sobre a Educação da Infância num município do interior do Distrito de Coimbra*
- Celeste Maria Ferreirinho Afonso, *O espaço da educação na complementaridade territorial*
- Filomena Correia, *(Des)Construção de uma tríplice Relação: Estado, Município, Escola*
- Florbela Sousa, *As Redes e Parcerias na Construção de Políticas Educativas Locais: A oportunidade perdida?*
- Janayna Cavalcante, *O estudante discutindo a escola: relato de uma experiência de Fóruns de Estudantes Adultos em Recife – Brasil*
- Mara Franco de Sá, Maria Aldina Gomes da Silva Francisco & Andréia Ferreira Santos, *A formação docente no programa PROEJA-FIC/PRONATEC em Goiânia, na perspectiva dos educadores*
- Maria Cândida Sérgio, *Formação de Professores para Educação de Jovens e Adultos (EJA): possibilidades para uma prática pedagógica emancipatória*
- Rosilene Lagares, *Planejamento na educação municipal no Tocantins: processos de construção de planos, regime de colaboração, gestão democrática*

Eixo 3: *Municípios – História, população, memórias, identidade*

Sala: 7

Horário: 14h30 – 18h00

Coordenador: Teresa Rosa

Comunicações:

- Carlos Manique da Silva, *A Reforma de Rodrigues Sampaio e a definição da rede escolar no município de Arruda*
- Giana Lange do Amaral & Marcelo Freitas Gil, *A Maçonaria e o Espiritismo no campo educacional em Pelotas-RS, Brasil nas primeiras décadas do século XX*
- Joaquim Francisco Soares Guimarães & Raylane Andreza Dias Navarro Barreto, *O processo de institucionalização da educação primária em Umbaúba/Sergipe (1955-1989): um caso brasileiro de municipalização*
- Maria da Encarnação Ramires Marreiros Henriques, *Juntas escolares e governo do local*
- Maria José Artiaga, *O ensino do Canto Coral nas escolas municipais de Lisboa nos finais do séc. XIX*

Dia 13 de dezembro (sábado)

Eixo 2: Municípios: Território educativo, espaço cultural, local de cidadania e lazer

Sala: 5

Horário: 11h45 – 13h00

Coordenador: Fernanda Veiga Gomes

Comunicações:

- Anabela Graça & José Manuel Silva, *Leiria Concelho Educador - percurso de uma política educativa local*
- Eva Baptista & Fátima Teixeira, *Educação Cívica e Património Local (Atividade de Enriquecimento Curricular)*
- Fernando Lemos, Fernando Pinto, Carlos Revez Inácio & José António Silva, *Vida – Saber – Cultura – Cidadania: o Centro Cultural Eça de Queiroz*
- Flávia Obino Corrêa Werle, *Realidade brasileira municipal: estrutura tripartite e ações educacionais de pequenos municípios*
- João Senha & Helena Pais Costa, *EGEAC – Serviços Educativos: uma aposta com distintas abordagens*

Eixo 3: Municípios – História, população, memórias, identidade

Sala: Anfiteatro

Horário: 11h45 – 13h00

Coordenador: Raylane Navarro Barreto

Comunicações:

- Livia Brisolla, *Manuais Escolares: um estudo a partir da cultura local*
- Maria de Fátima Machado Martins Pinto, *Bibliotecas populares e municipais em Portugal, do Liberalismo ao Estado Novo*
- Teresa Teixeira Lopo, *Ler, escrever e contar nos quatro bairros de Lisboa: A experiência descentralizadora de 1913-1918*
- Vinícius Vieira Silva, *O processo de municipalização da educação em Rio Preto e a atuação das elites letradas locais: reivindicação em tempos de modernização*

Participantes

- Alberto Henrique Carvalho Santos Pereira
Câmara Municipal de Palmela
dpereira@cm-palmela.pt
- Ana Alexandra Oliveira de Sousa Felício
Câmara Municipal de Palmela
dpereira@cm-palmela.pt
- Ana Margarida Gomes
Escola Superior de Educação de Lisboa
margarida_maggie@hotmail.com
- Ana Maria Dias Manta
Câmara Municipal de Palmela
dpereira@cm-palmela.pt
- Ana Maria Carreto Pôla Pratas
Câmara Municipal da Moita
cdias@mail.cm-moita.pt
- Ana Paula Neves
Câmara Municipal de Castanheira de Pera
ana.nesves@cm-castanheiradepera.pt
- Ana Teresa Ascensão Lopes Fernandes
Câmara Municipal da Moita
cdias@mail.cm-moita.pt
- Anabela Maria Vieira Frazão
Município de Leiria
afrazao@cm-leiria.pt
- Alcino Hermínio
Agrupamento de Escolas N2 de Abrantes
alcinoherminio@yahoo.com
- Alexandra Tomé
alexandra.tome@cm-pampilhosadaserra.pt
- Alexandre Leite dos Santos Silva
alexandreleite.posfaced@gmail.com
- Alfredo Condeço Amante
Município de Santarém
alfredo.amante@cm-santarem.pt
- Ana Carla Arranja Martins de Barros
Câmara Municipal de Vendas Novas
ana.barros@cm-vendasnovas.pt
- Ana Galvão Lucas
Camara Municipal de Cascais - SCE Centro cultural de Cascais
anacglucas@gmail.com
- Ana Gameiro
Câmara Municipal de Almada
agameiro@cma.m-almada.pt
- Ana Margarida Páscoa Raposo
Município de Serpa
amargarida@cm-serpa.pt
- Ana Maria de Fátima Carriço Basaloco
Município de Estremoz
ana.m.ferreira@cm-estremoz.pt
- Ana Patrícia Caeiro Alves
Câmara Municipal de Vila Franca de Xira
patricia.alves@cm-vfxira.pt
- Ana Paula Santana Oliveira
Escola Secundária Poeta Al Berto, Sines
Correia apcorreia.svp@gmail.com
- Ana Raquel Gomes
Instituto Politécnico de Setúbal | Escola Superior de Educação
araquelgomes92@gmail.com
- Anabela Graça
Câmara Municipal de Leiria
agraca@cm-leiria.pt

- Andreia Ferreira Santos
Universidade Federal de Goiás, Brasil
Andréia.ufg@gmail.com
- Andreia Pinho
Instituto Politécnico de Setúbal | Escola Superior de Educação
andreia.n.pinho94@hotmail.com
- António Gomes Ferreira
FPCE, Universidade de Coimbra
antonio@fpce.uc.pt
- Áurea Adão
UIDEF, Instituto de Educação da Universidade de Lisboa
acarmo.adao@netcabo.pt
- Camila Ferreira
Universidade Norte de Lisboa
camilasilva@gmail.com
- Carla Brogueira
UAB
carlinhabrog@hotmail.com
- Carla Tavares
DGESTE - DSRN
carla.tavares@dgeste.mec.pt
- Carlos Alberto Revez Inácio
Centro Cultural Eça de Queiroz
carlosrevez@hotmail.com
- Carlos André Araújo Menezes
Prefeitura Municipal de Umbaúba/SE - Brasil
aramen2005@hotmail.com
- Carlos Manique da Silva
IEUL
manique@net.sapo.pt
- Carlos Monteiro
Universidade de Lisboa
cefmonteiro@gmail.com
- Cátia Simões
Escola Superior de Educação de Lisboa
catia.f.simoes@gmail.com
- Celeste Afonso
Câmara Municipal de Óbidos
vcelesteafonso@cm-obidos.pt
- Cláudio Rodrigues
Câmara Municipal de Óbidos
cluisrodrigues@gmail.com
- Cristina Ventura
Câmara Municipal de Pampilhosa da Serra
cultura@cm-pampilhosadaserra.pt
- Célia Rodrigues
Câmara Municipal de Leiria
celiarodrigues@cm-leiria.pt
- Daniel Augusto de Melo Rosa
Instituto da Educação Universidade de Lisboa
danielmelorosa@gmail.com
- Daniel Martins
Câmara Municipal de Constância
daniel.martins@cm-constancia.pt
- Delminda Rijo
Câmara Municipal de Lisboa
delminda.rijo@cm-lisboa.pt
- Domingos Linhares Quintas
Assembleia Municipal de Sintra
presidente.assembleiamunicipal@cm-sintra.pt
- Elizabeth Orofino
UL-UFRJ

- orofinolucio@gmail.com
- Ester Pinto Pereira
Câmara Municipal da Horta
epereira@cmhorta.pt
- Eva Cristina Ventura Baptista
Amigos do Solar Condes de Resende - Confraria Queirosiana
eva.baptista@sapo.pt
- Fátima Claudino
Comissão Nacional da UNESCO
mfatimaclaudino@gmail.com
- Feliciano H Veiga
Instituto de Educação da Universidade de Lisboa
fhveiga@ie.ul.pt
- Fernanda Maria Pereira Rôlo
Câmara Municipal de Palmela
dpereira@cm-palmela.pt
- Fernando Lemos
Centro Cultural Eça de Queiroz
faalemos@hotmail.com
- Fernando Pinto
Centro Cultural Eça de Queiroz
fernandopinto.eseq@gmail.com
- Filipa Vaz Azevedo
Escola Superior de Educação de Lisboa
filipaazevedo11@hotmail.com
- Filomena Correia
Agrupamento de Escolas de Santa Bárbara
correia.af66@gmail.com
- Florbela da Luz Descalço Fernandes
Município de Viana do Alentejo
florbela.fernandes@cm-vianadoalentejo.pt
- Florbela Sousa
Instituto de Educação da Universidade de Lisboa
flsousa@ie.ul.pt
- Flávia Obino Correa Werle
Universidade do Vale do Rio dos Sinos
flaviaw@unisinos.br
- Frank Simon
Universidade de Gent, Bélgica
franksimon@ugent.be
- Giana Lange do Amaral
Faculdade de Educação. Universidade Federal de Pelotas
gianalangedoamaral@gmail.com
- Giovana Rodrigues Oliveira Pires
Centro de Formação
giovana.o.pires@gmail.com
- Gisele Brandão Machado de Oliveira
Universidade Federal de Minas Gerais
giselebrandao.oliveira@gmail.com
- Helena Ferreira
Município Vendas Novas
helpa00@gmail.com
- Helena Pais Costa
EGEAC - Empresa de Gestão de Equipamentos e Animação Cultural, E.M.
helenacosta@egeac.pt
- Helena Ribeiro de Castro
Escola Superior de Educação Jean Piaget / Almada
hribeiro.castro@gmail.com
- Heliana da Silva
Instituto de Educação da Universidade de Lisboa
helianasilva@campus.ul.pt
- Heliana da Silva

Universidade Estadual de Maringá/Brasil. Instituto de Educação/Lisboa
alanadasilva15@gmail.com

- Hugo Anacleto
Instituto Politécnico de Setúbal | Escola Superior de Educação
h_miguel87@hotmail.com
- Idalina Manuela Tavares Polido
Câmara Municipal de Palmela
dpereira@cm-palmela.pt
- iramaia lemos
Instituto de Educação Universidade de Lisboa
iramaialemos@yahoo.com.br
- Isabel Duarte da Silva
CML - DMC
isabel.duarte.silva@cm-lisboa.pt
- Isolina Reis de Medeiros
Universidade dos Açores
isolinamedeiros@sapo.pt
- Ivana Alves Orelli de Paiva
Secretaria de Educação do DF Brasil
vaninhapaiva@hotmail.com
- Janayna Silva Cavalcante de Lima
Universidade Federal do Maranhão
janaynacavalcante@gmail.com
- Joaquim Francisco Soares Guimarães
UNIT, Prefeitura Municipal de Umbaúba
joaquimsoaresguimaraes@ig.com.br
- José Amado Mendes
Universidade de Coimbra
Universidade Autónoma de Lisboa
jamendes@universidade-autonoma.pt
- José António Afonso
Universidade do Minho
jafonso@ie.uminho.pt
- José António Silva
Arquivo da Torre do Tombo
joanttsilva@gmail.com
- José Manuel Silva
Assembleia Municipal de Leiria
pam@cm-leiria.pt
- João José Gonçalves Duarte
Município de Santarém
joao.duarte1910@sapo.pt
- João Senha
EGEAC
joaosenha@egeac.pt
- Jorge Rocha
IGOT, Universidade de Lisboa
jorge.rocha@campus.ul.pt
- Juan Manuel Fernández Soria
Universidade de Valência, Espanha
Juan.M.Fernandez@uv.es
- Justino Magalhães
Instituto de Educação da Universidade de Lisboa
justinomagalhaes@ie.ulisboa.pt
- Juliana Gomes dos Santos Cover
Universidade do Porto
julianacover@live.com
- Laura Rodrigues
Município Torres Vedras
gavlaurarodrigues@cm-tvedras.pt
- Luís Castanheira
Instituto Politécnico de Bragança

- Luiscastanheira@ipb.pt
- Luís Alberto Marques Alves
FL, Universidade do Porto
laalves@ie.ulisboa.pt
- Luís Nuno Espinha da Silveira
Universidade Nova de Lisboa
ln.silveira@sapo.pt
- Lívia Santos Brisolla
Universidade Federal de Goiás - UFG (Brasil)
liviabrisolla@gmail.com
- Mafalda Vardasca
Instituto Politécnico de Setúbal | Escola Superior de Educação
mafaldavardasca@outlook.com
- Manuela da Conceição Mesquita Leitão
Câmara Municipal de Lisboa
manuela.lima@cm-lisboa.pt
- Mara Franco de Sá
Universidade Federal de Goiás, Brasil
marafrancosa@gmail.com
- Marcelo Freitas Gil
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense (IFSul)
marcelogil.ifsul@gmail.com
- Márcia Regina Albuquerque Alves
Universidade do Porto
marcia_raa@live.com
- Margarida Fragoso
CMI - DMC
margarida.fragoso@cm-lisboa.pt
- Maria Aldina Gomes da Silva Francisco
Universidade Federal de Goiás
dinagsf80@gmail.com
- Maria Angélica Ribeiro
Associação de Professores para a Educação Intercultural
dir.apedi@gmail.com
- Maria Celeste Pereira Frazão
Escola Secundária Afonso Lopes Vieira
mcpfrazao@gmail.com
- Maria Cândida Sérgio
Universidade do Minho
candidasergio.20@gmail.com
- Maria da Conceição Garrido da Silva Osório
Agrupamento de Escolas de Ovar sul
sao_vasconcelos@hotmail.com
- Maria da Encarnação Ramires Marreiros Henriques
Escola Secundária/3 Padre António Vieira
mencarhenriques@gmail.com
- Maria da Glória Almeida Franco
I.E.
gloria.c.franco@gmail.com
- Maria de Fátima Machado Martins Pinto
Instituto de Educação da Universidade de Lisboa
amamapin@gmail.com
- Maria Eugénia Rodrigues Correia de Sousa
Direção Geral dos Estabelecimentos Escolares
eugeniakorreia5@hotmail.com
- Maria Isabel da Palma Estevens
Município de Serpa
iestevens@cm-serpa.pt
- Maria José Artiaga
CESEM (Centro de Estudos de Sociologia e Estética Musical)
mjartiaga@sapo.pt
- Maria José Travanca da Silva

- Câmara Municipal de Palmela
dpereira@cm-palmela.pt
- Maria João Ferreira
DGESTE (MEC)
mariajoao.ferreira@dgeste.mec.pt
 - Maria Raquel dos Santos Pereira
Câmara Municipal de Pampilhosa da Serra
raquel.pereira@cm-pampilhosadaserra.pt
 - Maria Teresa da Encarnação Rosendo
Câmara Municipal de Palmela
dpereira@cm-palmela.pt
 - Mariana Cavaca Alves do Valle
IE/UL
cavaca.mariana@gmail.com
 - Mariana Santos
Instituto de Educação
mariana_mbsantos@hotmail.com
 - Mauro Castilho Gonçalves
Mauro_castilho@uol.com.br
 - Merciana Augusta Palma Rita
Município de Viana do Alentejo
merciana.rita@cm-vianadoalentejo.pt
 - Margarita Ribeiro Nicolau
Câmara Municipal de Ovar
margarita.nicolau@cm-ovar
 - Norberta Amorim
GHP-ICS, Universidade do Minho
mnsbamorim@gmail.com
 - Nuno Mário Antão
Partido Socialista / Assembleia Municipal de Salvaterra de Magos
nunoantao@gmail.com
 - Óscar Manuel Ramos Ferreira
Escola Superior de Enfermagem de Lisboa
oferreira@esel.pt
 - Otília Sousa
IPL
otilias@eselx.ipl.pt
 - Patrícia Alves
Câmara Municipal de Vila Franca de Xira
patricia.alves@cm-vfxira.pt
 - Patrícia Gomes
FCUL
patriciacngomes@gmail.com
 - Paula Fernandes
Câmara Municipal de Lisboa
maria.paula@cm-lisboa.pt
 - Paula Figueiredo Cunha
Câmara Municipal de Lisboa
paula.cunca@cm-lisboa.pt
 - Paulo Batista
Câmara Municipal de Lisboa
batista.p@gmail.com
 - Paulo Jorge Silva Francisco
Município de Lagoa
Paulo.francisco@cm-lagoa.pt
 - Paulo Felício
Câmara Municipal de Leiria
paulo.felicio@cm-leiria.pt
 - Paulo Alexandre Morganheira Gomes
Município de Lagoa
paulo.gomes@cm-lagoa.pt
 - Pedro Manuel Santos Rosa

- Câmara Municipal de Sardoal
pedro.rosa@cm-sardoal.pt
- Pedro Montes
Câmara Municipal de Vila Franca de Xira
pedro.montes@cm-vfxira.pt
 - Pedro Pimpão
Assembleia da República
Pedropimpao@gmail.com
 - Raylane Andreza Dias Navarro Barreto
Universidade Tiradentes
raylanenavarro@bol.com.br
 - Regina Magna Bonifacio de Araujo
Universidade Federal de Ouro Preto
regina.magna@hotmail.com
 - Rony Rei do Nascimento Silva
Universidade Tiradentes
ronysocial@hotmail.com
 - Rui Manuel Almeida e Sousa
Câmara Municipal de Castanheira de Pera
rui.silva@cm-castanheiradepera.pt
 - Rute Rodrigues Monteiro
Escola Superior de Educadores de Infância Maria Ulrich
rute_chipie@hotmail.com
 - Sérgio Campos Matos
FL, Universidade de Lisboa
scmatos@netcabo.pt
 - Sérgio Claudino
IGOT, Universidade de Lisboa
sergio@campus.ul.pt
 - Susana Isabel Horta Martins
Câmara Municipal de Palmela
dpereira@cm-palmela.pt
 - Susana Paula Domingues Gamito Gomes Pereira
Câmara Municipal de Palmela
dpereira@cm-palmela.pt
 - Teresa Cristina de Jesus dos Reis Mendes Mirra dos Santos
Agrupamento de Escolas de Alcácer do Sal
teresa.mirra.santos@portugalmail.com
 - Teresa Maria Farto Faria de Sousa
Agrupamento de Escolas D. Lourenço Vicente
teresa_ffsousa@iol.pt
 - Teresa Rodrigues da Fonseca Rosa
UIDEF, Instituto de Educação da Universidade de Lisboa
teresadafons@gmail.com
 - Teresa Teixeira Lopo
Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa
ttlopo@gmail.com
 - Tiago Candeias
Instituto de Educação da Universidade de Lisboa
tiagoluisfcandeias@hotmail.com
 - Valdete Aparecida Veiga de Moraes
Universidade de Lisboa
valdetemoraes@campus.ul.pt
 - Vasco Leitão Santos
Câmara Municipal de Lisboa
vasco.leitao@cm-lisboa.pt
 - Vinícius Vieira Silva
Universidade Federal de Uberlândia
viniciusvieira@pedag.ufu.br
 - Violante Magalhães
Escola Superior de Educação João de Deus
violantemagalhaes@aeiou.pt

- Yaritza Garcés Delgado
Instituto de Educação
yaritzagd@gmail.com

Conferências

CONFERÊNCIA DE ABERTURA

EL MUNICIPIO CONTEMPORÁNEO COMO SUJETO HISTÓRICO-PEDAGÓGICO

Juan Manuel Fernández-Soria
Universidad de Valencia, España

Los Municipios son sujetos históricos porque, como entes sociales, con su participación e intervención en los asuntos comunales, han producido acontecimientos históricamente relevantes que han redundado en el bienestar de las gentes y en la modernización de las sociedades. En este sentido los Municipios han sido uno de los más importantes protagonistas colectivos de la historia. En esta conferencia se habla del Municipio contemporáneo como sujeto histórico-pedagógico abordando solo algunas de sus actuaciones que han supuesto importantes contribuciones (hechos históricos), a la modernización social, al tiempo que constituyen fructíferos temas de investigación historiográfica; se alude concretamente a su función de baluarte de la democracia y escuela de civismo, y a su tarea alfabetizadora y de escolarización. Previamente, se introduce el papel intervencionista del Municipio, condición sine qua non para ejercer como sujeto histórico.

En el Municipio tienen lugar todo tipo de relaciones vinculadas al contacto vecinal; como tales, originan problemas cercanos e inmediatos, inherentemente locales, a los que aquella entidad debe atender, sobre todo cuando el Estado ha estado tan a menudo alejado de ellos. Esta realidad destaca la condición eminentemente social del Municipio que señala de forma directa su papel ante los servicios públicos constituyendo la cuestión fundamental del régimen municipal. Este asunto capital explica su renuncia al abstencionismo y su decidida y natural intervención en la intensificación de lo social; por eso el Municipio llegó a convertirse en "escuela práctica del más acentuado intervencionismo", en expresión del ilustre municipalista Adolfo Posada.

La diversidad de cargos públicos existentes desde antiguo en los Municipios tiene su origen en la abstención o impotencia de la Administración central para satisfacer las necesidades vecinales, justificando al mismo tiempo el protagonismo histórico de los Municipios. Las consecuencias de la revolución industrial amplían ese protagonismo del que sobresale tanto su función de control como de asistencia social.

Pero la configuración administrativa de los Municipios no es homogénea, lo que explica que no todos hayan intervenido del mismo modo en la modernización histórico-pedagógica de las comunidades en las que se insertan, ni que en todos los lugares se haya seguido una misma política de prestación privada o pública de los servicios municipales.

Como escuela de alfabetización y de escolarización, la actuación municipal ha sido diversa según las épocas, según las capas sociales a las que atiende y según su condición urbana o rural. Incluso reconociendo altibajos en ese proceso, los Municipios

contribuyen al avance de la realidad alfabetizadora participando en la modificación de la realidad social y en su modernización. El renacer económico y comercial que sigue a la crisis originada por la feudalización, favorece el papel alfabetizador del Municipio alentado por la demanda de los procesos económicos y productivos y también por la petición de instrucción procedente de las familias y de los individuos deseosos de promoción social. Esas mismas consideraciones prácticas siguieron marcando la iniciativa alfabetizadora

de los Municipios tras la primera industrialización. La oferta laboral de los nuevos sectores productivos, anima el papel alfabetizador del Municipio haciendo que lo escolar sea una cuestión esencialmente local.

El desarrollo industrial europeo, que trajo consigo importantes cambios estructurales desde el punto de vista social, político, económico y demográfico, promovió las atribuciones municipales en materia escolar poniendo el acento sobre todo en el aspecto higiénico-sanitario, destinado eminentemente a reparar la salud física y moral de las clases más necesitadas. En este contexto proliferan las colonias escolares, escuelas al aire libre, etc.

En otras ocasiones el empuje escolarizador del Municipio vino dado por abandonos en esa tarea de fuerzas que, como la Iglesia, tradicionalmente se habían dedicado a ella, supliéndolas entonces el Municipio con iniciativas pedagógicas innovadoras que, a menudo, chocaron con la política centralista, siempre recelosa de la autonomía municipal, sobre todo cuando esas iniciativas proceden de Municipios que además ostentan la capitalidad del Estado.

El Municipio fue también con frecuencia, fortaleza y escuela práctica de democracia. Como significado poder o cuerpo social intermedio, el Municipio fue para Alexis de Tocqueville un dique contra el despotismo y un poder protector de las enfermedades que deterioran las virtudes públicas, sostén de la democracia, particularmente el individualismo. El Municipio como cuerpo intermedio que modera el poder del Estado centralista actúa como una escuela de civismo poniendo obstáculos al poder arbitrario, proporcionando a sus ciudadanos herramientas para el ejercicio de sus derechos y libertades políticas y enseñándoles directamente el ejercicio de la ciudadanía.

La comunidad local ha sido desde antiguo una poderosa agencia educadora y socializadora, donde nacieron la democracia y la ciudadanía. El civismo, entendido como código de urbanidad o de buenas maneras, ha sido preocupación y competencia tradicional del Municipio. Históricamente fueron muy diversos los instrumentos de los que se sirvió el Municipio para formar en esta competencia cívica: ordenanzas, bandos, pregones, carteles, etc., que todavía hoy se siguen utilizando. Pero el civismo como tarea municipal encierra además otro enfoque de enorme calado con dos derivaciones: una, como "sentimiento cívico" o "patriotismo municipal", que señala al Municipio como escuela de "civismo para sí"; y, otra, como implicación política, que remite al papel del Municipio como escuela de "civismo para el Estado" o como escuela de dinamización y participación en los asuntos políticos. Lo cual obliga a reparar en la histórica cuestión de la autonomía municipal, fuente de conflictos entre la uniformidad y la reivindicación diferencial, en medio de la cual estuvieron siempre las competencias educativas de los Municipios, sufriendo perjuicio la mayoría de las veces, aunque en otras, en las menos, se alcanzaran pequeñas victorias.

Si bien es bien conocido que las actuaciones educativas de los Municipios han sido crónicamente endeble, vagas y erráticas, se puede sostener su papel como sujetos histórico-pedagógicos si se atiende a los tres tipos de magisterio que se dan cita en el Municipio como escuela de intervención práctica, como escuela de alfabetización y de escolarización y como escuela de democracia y de civismo. Y ello más allá de que sea imposible dilucidar en qué exacta medida contribuyó a esa modernización la intervención municipal.

No todos los Municipios dedicaron los mismos esfuerzos a atender los servicios públicos ni lograron resultados homogéneos, sin duda porque no contaron con las mismas posibilidades y recursos financieros; esta situación les obligó a recurrir con frecuencia al Poder central perdiendo así buena parte de su independencia.

En consecuencia, la relevancia del Municipio ha sido diferente según las épocas y la sensibilidad política de los Estados no solo hacia la actuación municipal sino también hacia las parcelas de su competencia. Ello explica que la trayectoria de los Municipios en la provisión de servicios educativos no sea uniforme, y que, por tanto, su contribución a la modernización social sea desigual. A pesar de todo, es indudable que el Municipio ha provocado hondas y duraderas transformaciones en la sociedad creando y sosteniendo en ella realidades nuevas que favorecieron su modernización. Por eso el Municipio contemporáneo quizá sea uno de los sujetos histórico-pedagógicos más relevantes.

CONFERÊNCIA DO DIA 13 DE DEZEMBRO**OS MUNICÍPIOS PORTUGUESES E O LEGADO HISTÓRICO-PEDAGÓGICO**

José Amado Mendes
Universidade de Coimbra
Universidade Autónoma de Lisboa

Em época de profundas mudanças no âmbito da educação (formal, não formal e informal) e em que se vão construindo novos paradigmas, é pertinente e oportuno lançar um olhar atento sobre o “mundo que nós perdemos”, para usar a expressão de Peter Laslett. Tratando-se de um património cultural/educativo riquíssimo e muito diversificado, poder-se-ão adotar múltiplas perspetivas e metodologias, pelo que aqui apenas referirei algumas delas, sobretudo associadas ao importante papel desempenhado pelos Municípios. Assim, podemos atentar nos seguintes eixos do referido legado histórico-pedagógico. Administração/gestão do processo e suas alterações, consoante as políticas então em vigor, tanto gerais como específicas. O binómio centralismo/municipalismo reveste-se de diversas cambiantes e estratégias, cujo estudo convirá aprofundar. Por outro lado, pelo “continente” do processo educativo, isto é, pelo edifício escolar e meio envolvente passam muitas das opções tomadas, em termos ideológicos, políticos, científicos e técnicos, bem como do próprio ambiente socioeconómico da localidade. No centro de todo o processo está, obviamente, o fator humano, com destaque para professores, alunos e pessoal auxiliar. Do ponto de vista dos resultados, convirá seguir de perto a função desempenhada nas comunidades através da formação e da educação das respetivas populações, inclusive recorrendo a fontes orais. Para que estas e outras temáticas possam ser aprofundadas e devidamente divulgadas há que investir mais na salvaguarda, tratamento e estudo dos diversos tipos de fontes, tarefa que cabe aos municípios, aos agentes educativos, às famílias e aos indivíduos, cujo empenho é fundamental sob diversos pontos de vista. Assim, quando o respetivo património não possa ser preservado *in loco*, competirá a museus, arquivos, bibliotecas, centros de recursos e associações culturais a recolha, a investigação e a difusão desse património e dos ensinamentos que dele se podem extrair. Parte desse património deve continuar a ser valorizado e reutilizado, para atividade de índole cultural ou (inclusive de turismo cultural), quer através da sua utilização direta, quer integrando-o em rotas pedagógicas que o contemplem, como relevante recurso educativo que é.

Mesas Redondas

MESA 1

OS MUNICÍPIOS NA EDUCAÇÃO E NA CULTURA EM PORTUGAL

INTERMITÊNCIAS DOS MUNICÍPIOS NA EDUCAÇÃO, EM PORTUGAL

Justino Magalhães
*Instituto de Educação,
Universidade de Lisboa*

A emergência da esfera pública e a consolidação do Estado-Nação, na crise do Antigo Regime, reservaram aos municípios o direito de representação e de reivindicação, muito particularmente no domínio da instrução. Nos inventários e nas designações das escolas, a denominação de concelho é habitual, contrastando com os senhoriais e as honras, cujo estatuto, nessas circunstâncias, raramente é tomado em consideração. A representação e o governo local são os dois aspectos fundamentais através dos quais os municípios instituíram e se instituíram como instância pública do local. O reformismo político e administrativo liberal e regenerador fez convergir no núcleo urbano concelhio a constelação de administração e governo local, que incluía a competência de regulamentar; o elemento executivo; o elemento fiscalizador; o elemento penalizador. As sedes concelhias tornaram-se centros educativos e as câmaras municipais assumiram funções de planificação, manutenção, inspecção, escrituração escolar e pedagógica. Os municípios constituíram-se em municípios pedagógicos.

O estudo realizado na longa duração e tomando o município como unidade de observação, registo, análise e desenvolvimento, estudo este realizado com objectivo de construir um Atlas-Repertório dos Municípios na Educação e na Cultura, comprovou que os municípios participaram activamente na oferta escolar e na aculturação escrita e que a escolarização acompanhou, conjuntura a conjuntura, os ciclos de modernização, assim os de expansão quanto os de retracção. O recurso à cartografia evidencia as continuidades e as contiguidades, mas também as assimetrias e os distintos ritmos de desenvolvimento. Mostra também como a litoralização se tornou irreversível a partir de finais do século XIX, e como o interior fronteiriço resistiu mais à desertificação que o interior montanhoso. Proponho-me traçar uma perspectiva sumária deste movimento.

Palavras-chave: Atlas-Repertório; Municípios; Municípios pedagógicos; Escolarização

REDE PÚBLICA DE ESCOLAS DE ENSINO PRIMÁRIO NO EX-DISTRITO DA HORTA EM 1860 A ADEÇÃO DOS ALUNOS ASSENTA EM TRADIÇÃO FAMILIAR?

Norberta Amorim
GHP-ICS/Universidade do Minho

As estatísticas do Governo Civil do ex-distrito da Horta dão-nos conta, para 1860, da rede de escolas públicas em todos os concelhos do distrito, identificando os professores e os alunos que as frequentam e as respetivas prestações.

As bases de dados demográfico-genealógicas em construção no nosso Grupo de História das Populações do CITCEM, desafiam-nos não só a identificar esses alunos e ajuizar sobre a sua inserção social, mas também a procurar em cada comunidade as raízes do comportamento.

Desenvolvemos esse ensaio sobre a paróquia da Prainha, do concelho de S. Roque do Pico. Procurámos

identificar quem colocava a sua assinatura nos registos de casamento desde os anos finais do século XVII a 1860. Depois, perseguimos a identificação dos alunos que frequentavam a escola pública nesse mesmo ano, numa tentativa de perceber se existiria ou não relação com tradições familiares.

Palavras-chave: Bases de dados demográfico-genealógicas; Ex-distrito da Horta; Rede pública de escolas.

TRANSFORMAÇÕES ESPÁCIO-TEMPORAIS DA EDUCAÇÃO EM PORTUGAL

Jorge Rocha e Cristina Henriques
IGOT, Universidade de Lisboa

Um dos principais desafios para os próximos anos é o de transformar estas análises, essencialmente estáticas, em abordagens capazes de prover representações realistas de processos espaço-temporais.

O espaço é o conceito chave do território, distinguindo-se entre espaço absoluto e espaço relativo. Espaço absoluto é um invólucro de coisas e eventos, uma estrutura para localizar pontos, trajetórias e objetos. Espaço relativo é o espaço constituído pelas relações espaciais entre coisas e eventos. Podemos referirmo-nos à distinção entre espaço absoluto e espaço relativo como o espaço dos fixos e o espaço dos fluxos. Em termos de representações computacionais pode-se, de forma aproximada, traduzir estes conceitos como a distinção entre as representações associadas a coberturas planares, e.g. mapas de pontos (escolas) e polígonos (concelhos), e representações associadas à conectividade, e.g. grafos (estradas).

A ideia de espaço próximo pode ser analisada como uma extensão dos conceitos de espaço absoluto e relativo. No espaço próximo o conceito chave é a vizinhança associada à noção de proximidade, que conduzem também ao conceito de proximidade funcional ou influência.

Conceptualmente, pode-se representar o tempo através de diferentes estruturas, definidas, principalmente, com base em três aspetos da representação temporal: granularidade, variação e ordem no tempo.

A ordem temporal refere-se ao modo como o tempo flui. Neste caso, pode-se assumir que o tempo flui de forma linear, ramificada ou cíclica. No tempo linear considera-se que o tempo flui sequencialmente, ou seja, existe uma ordem de precedência entre os pontos no tempo, de tal forma que cada ponto tenha apenas um sucessor e um antecessor. No tempo ramificado há múltiplos pontos que podem ser os sucessores ou antecessores imediatos dum mesmo ponto. O tempo cíclico é utilizado para analisar eventos e processos recorrentes.

Relativamente à variação temporal esta pode ser contínua ou discreta. Uma variável temporal contínua é usada em processos que exigem medidas de tempo com níveis arbitrários de precisão

Os diferentes graus de granularidade de um sistema temporal conduzem à definição de instante e intervalo de tempo. Um instante de tempo representa um ponto particular no tempo, ao passo que um intervalo é o tempo decorrido entre dois instantes e um período consiste numa sequência de intervalos de tempo.

Em sistemas computacionais, representa-se o tempo em pelo menos duas dimensões: i) Tempo válido - corresponde ao tempo em que um evento ocorre no domínio da aplicação; e ii) Tempo de transação - corresponde ao tempo em que transações acontecem dentro do sistema de informação.

Assim, no âmbito do projecto Atlas-Repertório dos Municípios na Educação e na Cultura em Portugal (1820-1986), utilizou-se informação acerca da oferta educativa entre 1800 e 1991 para analisar os diversos

padrões espaciais e a sua mutação ao longo do tempo. Os padrões espaço temporais são um conceito sistemático e escalável para desenvolvimentos de inquirições a objetos e aos seus relacionamentos. Constituem um mecanismo de consulta para caracterizar comportamentos complexos de objetos no espaço e no tempo e podem ser aplicados em diversas áreas da ciência. Como nestas áreas os utilizadores normalmente não são especialistas em informática, uma notação visual para padrões espaço temporais pode ajudar a resolver o problema. Particularmente, dado que os objetos espaciais e suas relações têm uma representação gráfica natural, e em muitos casos uma notação visual pode implicitamente expressar relacionamentos.

Palavras-chave: Educação, Território, Espaço, Tempo

MESA 2

MUNICIPALISMO E DESENVOLVIMENTO LOCAL

O MUNICÍPIO DE LISBOA ENQUANTO TERRITÓRIO EDUCATIVO, NO PORTUGAL DE OITOCENTOS

Áurea Adão
*UIDEF do Instituto de Educação,
Universidade de Lisboa*

Desde a implementação das escolas de ler, escrever e contar criadas pela reforma pombalina de 6 de novembro de 1772, muitos órgãos de administração local apresentam requerimentos fundamentados aos órgãos do poder central com vista a proporcionar às suas comunidades facilidades educativas. Contudo, o Município de Lisboa aceitou a rede de escolas estatais que lhe foi atribuída durante muitas décadas, do século XVIII aos anos de 1870 – 18 para os rapazes masculinos e outras tantas para as meninas –, sem ter mostrado interesse em melhorar o acesso ao ensino dos filhos e filhas dos habitantes da Capital por meio de iniciativas próprias. É a partir da década de 70, que algumas vereações começam a reconhecer que o ensino básico devia também constituir responsabilidade municipal de acordo com as suas capacidades financeiras, para além do cumprimento das obrigações gerais impostas pelo Estado. E que para o funcionamento de uma rede escolar não só estatal como municipal seriam necessárias estruturas administrativas específicas.

Esta comunicação, cujo tema se insere no Projeto em curso no Instituto de Educação da Universidade de Lisboa, intitulado *Atlas-Repertório dos Municípios na Educação e na Cultura em Portugal (1820-1986)*, destina-se a analisar as condições materiais da rede escolar masculina e feminina desde os edifícios onde estavam instaladas as aulas e os respetivos espaços aos recursos educativos proporcionados pelo Município. Por outro lado, é abordado o empenho manifestado por algumas vereações e os resultados daí advindos. Para este estudo, foi utilizada documentação impressa e manuscrita produzida pelo Ministério do Reino e pela Câmara Municipal de Lisboa assim como estudos de autor publicados.

Palavras-chave: Municípios urbanos e educação; Ensino primário; Equipamentos escolares; Descentralização educativa

MUNICÍPIO OU REGIÃO? A PERSPETIVA DO ENSINO TÉCNICO

Luís Alberto Alves
FLUP/CITCEM

Resumo:

O Ensino Técnico foi sempre requisitado para alavancar o desenvolvimento económico, embora nem sempre os poderes constituídos e legitimamente eleitos soubessem definir os rumos mais adequados. A tensão entre a periferia e o centro foi uma constante ao longo dos séculos XIX e XX, com alguns interlocutores a procurarem estabelecer a ponte, em particular os empresários. Deste diálogo alargado, ficaram-nos as posições, mais divergentes do que consensuais, dos princípios defendidos pelo poder central, das realidades locais mantidas à margem, da incapacidade de nos emanciparmos da tradição a favor da rutura, de ser possível uma rede de cursos e escolas que representassem efetivamente a vontade de progresso. As evidências encontradas falam quase sempre muito mais em região (num sentido espacialmente mais amplo)

do que em município. Porque afinal o que está em causa não é o tecido administrativo mas o tecido económico. O que está em causa não é tanto a resposta a elites politicamente influentes mas a empresários mais ou menos capazes de mostrar as razões das suas reivindicações. Elites não precisam de um espaço determinado para a sua formação mas os alunos do ensino técnico precisam de empresas para praticar as suas competências. Fornecer alguns dados ou pistas para algumas destas perspetivas específicas do ensino técnico é o objetivo do que pretendemos partilhar.

Palavras chave: Ensino Técnico; Região; Município; Tradição; Inovação; Progresso

O MUNICIPALISMO, A EDUCAÇÃO E O DESENVOLVIMENTO LOCAL: PELOTAS-RS, BRASIL – PRIMEIRAS DÉCADAS DO SÉC. XX

Giana Lange do Amaral
Programa de Pós Graduação em Educação/ Universidade Federal de Pelotas

No presente texto busca-se ressaltar a importância do municipalismo para a educação nas primeiras décadas do século XX, tratando de questões que envolvem aspectos da história da educação local e regional do município de Pelotas, no estado do Rio Grande do Sul, Brasil. Utilizando-se como fontes jornais, livros, artigos, atas, relatórios e documentos escolares, busca-se problematizar a questão do municipalismo e da educação, tendo como pano de fundo o contexto do Positivismo que caracterizou a política gaúcha nesse período. O Positivismo que nesse estado passou a se denominar “castilhismo”, devido a suas singularidades e peculiaridades, em alusão à figura do líder Júlio de Castilhos. O Castilhismo tomou forma no Partido Republicano Rio Grandense (PRR) que monopolizou o governo estadual durante toda a chamada República Velha brasileira (1889-1930) e teve total inserção no município de Pelotas, onde os poderes locais (governantes municipais, a elite intelectual e econômica, a Maçonaria e até mesmo a Igreja Católica) tinham fortes vínculos com o PRR. Conhecida desde o século XIX como “Atenas Rio Grandense”, a cidade se singulariza até os dias de hoje pelo seu desenvolvimento educacional e cultural, possuindo destacado número de instituições educacionais de ensino primário, secundário e superior. Os textos historiográficos que abordam sobre o municipalismo no Brasil, em sua maioria enfocam a periodização posterior ao governo de Getúlio Vargas, ou seja, pós 1930. Isso em função de que o municipalismo passa então a apresentar uma efetiva organização, capacidade de mobilização e apelo programático. No entanto há que se buscar em períodos anteriores e em situações regionais e locais, características do municipalismo, indubitavelmente uma importante característica da cultura política brasileira.

Palavras-chave: municipalismo; castilhismo; história da educação; desenvolvimento local

MUNICÍPIOS E DESENVOLVIMENTO LOCAL – SÃO PAULO NA DÉCADA DE 1950¹

Mauro Castilho Gonçalves
PUC/SP, UNITAU, Brasil

A comunicação tem por objetivo debater as condições históricas e sociais que provocaram alterações na cidade de São Paulo, notadamente na década de 1950, com destaque aos elementos relativos aos campos da cultura e da educação. Da primeira, depreende-se o conjunto de manifestações artísticas, literárias e científicas, levadas a cabo por redes de intelectuais inseridos na trama urbana em dinâmica transformação. Compreende a segunda categoria, as manifestações intrínsecas à educação escolar, incluindo as questões e problemas que nortearam os debates e a institucionalização/massificação da rede de ensino, em seus diferentes segmentos, os sujeitos envolvidos, suas ideias e ações. O movimento histórico assim entendido será analisado a partir das relações dialéticas entre as categorias cidade, cultura e educação. Fundamenta-se o presente estudo nas pesquisas consolidadas no campo das relações entre História e cidade. Para tanto, seu tratamento analítico impõe um conjunto de procedimentos para abordá-la como *questão, memória e documento*. A cidade, neste caso, passa a ser analisada como um problema de pesquisa histórica, pois incute e produz memória, cravada nas subjetividades e materialidades. Documento, pois carrega em si um conjunto variado de fontes, desde as escritas às orais. São Paulo, na década de 1950, transformou-se, em definitivo, numa metrópole pela inclusão/exclusão de grupos sociais advindos das diferentes regiões do país, sem descartar elementos fundantes da tradição do velho bandeirismo paulistas e do legado jesuítico-católico. A cidade porfirizou-se, ao mesmo tempo que plasmou uma elite letrada, influente, diversificada e detentora dos bens culturais. No emaranhado sociológico de classes em permanente tensão, a educação escolar pública inicia seu processo irreversível de massificação, nos âmbitos estadual e municipal. É esta simbiose histórico-social que a presente comunicação propõe mapear e analisar.

Palavras-chave: São Paulo, Cidade, cultura, escola

¹ Agência de Financiamento: Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP)

Comunicações

LEIRIA CONCELHO EDUCADOR - PERCURSO DE UMA POLÍTICA EDUCATIVA LOCAL

Anabela Graça
Câmara Municipal de Leiria
José Manuel Silva
Assembleia Municipal de Leiria

O conceito de Cidade Educadora parte do pressuposto de que educar é uma responsabilidade de todos, de toda a sociedade e que a Educação não se circunscreve exclusivamente à escola, sendo um direito de todos ao longo da vida. Em termos de política educativa, o Município de Leiria há cerca de 25 anos que caminha no sentido de agir para dar resposta às necessidades locais do território e da comunidade, quer ao nível da reorganização da rede escolar, quer também no que diz respeito à componente pedagógica, operando a transição de uma conceção político-administrativa da educação para uma gestão de proximidade, planeada do ponto de vista técnico e científico, integradora das mudanças sociais.

“Leiria Concelho Educador – 2013/2017” é hoje o lema do Projeto Educativo Municipal, um desígnio que agrega vários agentes socioeducativos e cujas áreas de intervenção se interrelacionam e complementam, procurando desenvolver um concelho que se pretende naturalmente educador mas também dotado de novas competências no domínio da inovação, da criatividade e estimulador de práticas de excelência em diferentes áreas de intervenção: Educação inclusiva e solidária; Educação patrimonial; Educação para a ciência, ambiente e sustentabilidade; Educação para a saúde; Educação para a leitura; Educação para a arte; Educação para a cidadania e empreendedorismo; Educação para o sucesso escolar; Formação e comunicação.

Na sua génese estiveram contributos importantes que marcaram este percurso ao longo do tempo: a “Agenda de Informação Pedagógica” (de 2000 a 2010) que reúne a oferta de cariz pedagógico do município e das suas entidades parceiras e que constituiu o primeiro passo para a integração de Leiria, em 2005, na Rede Territorial Portuguesa das Cidades Educadoras; a criação do “Gabinete de Animação Pedagógica” (1994) dinamizador de diversos projetos pedagógicos tais como a “Educação pela Arte”, a “Educação Ambiental”, o “Festival de Teatro Juvenil”, a “Educação pela Música” e a “Astronomia nas Escolas”. Estes projetos foram viabilizados pela reestruturação do Pelouro da Educação do município operada em 1990 e que permitiu desenvolver as primeiras atividades de animação pedagógica enquanto complemento da ação educativa. Esta evolução foi responsável pelo estreitamento de laços entre a escola e a comunidade e pela definição de uma estratégia de política educativa que tem como objetivo contribuir para a qualidade da educação e formação ao longo da vida, valorizando a inclusão, a cooperação e o empreendedorismo, promovendo o desenvolvimento do concelho de Leiria.

Palavras-chave: Cidade Educadora; Educação formal e não formal; Projeto Educativo Municipal.

PERSPETIVAS SOBRE A EDUCAÇÃO DA INFÂNCIA NUM MUNICÍPIO DO INTERIOR DO DISTRITO DE COIMBRA

António Gomes Ferreira,
Inês Rodrigues
*Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação,
Universidade de Coimbra*

Tem-se assistido a um discurso fácil sobre a descentralização da educação e sobre a importância desta para o desenvolvimento local. Nos últimos tempos tem-se acentuado muito a possibilidade de se passar para o poder local muitas das competências no âmbito da Educação, até agora nas mãos da administração central, na suposição que os autarcas estarão mais atentos e serão mais sensíveis às necessidades do território que está sob a sua responsabilidade. Não se pretendendo aqui entrar nos prós e contras deste debate, entendemos que será interessante que ele enquadre uma análise da Educação da Infância de um município do interior do Distrito de Coimbra de modo a compreender os matizes entre o legal e o real, o possível e o desejável, e a dinâmica municipal entre o politicamente correto e a consciência da problemática. Desejamos nesta comunicação apresentar alguns dados referentes à educação das crianças até aos seis anos e de tentar compreender esta realidade a partir de diferentes atores e agentes que interferem no município em análise. Desde logo se compreende que a boa vontade não escapa a uma inércia que vem caracterizando a política educativa relacionada com as crianças desta idade. Afinal, no âmbito local não se definem políticas que não correspondam ao enquadramento da política educativa do poder central, mesmo que elas pudessem minimizar problemas de fixação de população. Embora não se manifestem clivagens e reivindicações conflituosas no âmbito da educação das crianças até aos seis anos no município estudado, algumas opiniões demonstram que há muito a fazer para assegurar igualdade de oportunidades no acesso a uma educação conscienciosa neste período da infância. O problema é ainda maior no que diz respeito às crianças até aos 3 anos de idade, pois não há creches suficientes para todas as que vivem no município. A sorte do nascimento cedo dita a sorte da educação.

Palavras-chave: Educação da infância; Desenvolvimento local; Descentralização da Educação.

A REFORMA DE RODRIGUES SAMPAIO E A DEFINIÇÃO DA REDE ESCOLAR NO MUNICÍPIO DE ARRUDA

Carlos Manique da Silva
*UIDEF, Instituto de Educação,
Universidade de Lisboa*

A literatura académica tem dedicado algumas páginas à reforma educativa de Rodrigues Sampaio, consagrada na lei de 02/05/1878. Estamos, porém, longe de conhecer o impacto que a citada medida reformista teve nos vários municípios do país. E importa conhecê-lo tendo em atenção os princípios descentralizadores que a proposta de Rodrigues Sampaio contém. Destaco, na linha da investigação de Áurea Adão e de Maria Neves Gonçalves (2007): i) constituir prerrogativa das câmaras municipais nomear os professores e ajudantes; ii) ser encargo municipal obrigatório o pagamento dos vencimentos desses

funcionários; iii) competir às câmaras elaborar um plano geral provisório das escolas, indicando a sua distribuição concelhia. É, justamente, esta última competência que pretendo abordar. A pesquisa tem por referência o Município de Arruda (Distrito de Lisboa) e adota uma perspectiva teórica proveniente da história da educação. É, aliás, tributária de um conceito proposto por Justino Magalhães (2010, p. 214): o de *município pedagógico*. A ideia que encerra é a seguinte: a de que “os municípios dispuseram de prerrogativas e exploraram as margens de autonomização até ao limite das suas potencialidades, com vista a uma idealização e a uma política escolar e educativa que lhes conferisse uma identidade e uma singularidade, cultural, social, económica”.

Em síntese, a uma luz histórica, este estudo procura contribuir para o conhecimento do papel dos municípios na educação e no desenvolvimento local. O esforço interpretativo das evidências empíricas (fontes e memórias locais) é guiado por uma interrogação: que critérios orientaram a definição da rede escolar no município de Arruda? Sugiro que a resposta a essa questão não se encontra apenas nas diretrizes consignadas na letra da lei (nomeadamente, a regulação da distância entre as escolas e as povoações), mas também em fatores de natureza sociocultural... Admite-se, assim, a diversidade das experiências de descentralização em função dos contextos e dos atores.

Palavras-chave: Reforma Rodrigues Sampaio; Rede escolar; Educação e desenvolvimento local; Município de Arruda.

O ESPAÇO DA EDUCAÇÃO NA COMPLEMENTARIDADE TERRITORIAL

Celeste Maria Ferreirinho Afonso
Câmara Municipal de Óbidos

A conceção do espaço educativo, na contemporaneidade, merece ser alargada e tornar-se num conceito de expansão, inclusão e reflexão intencional de participação e ativação de comunidade(s). A importância do aluno (individual) como projeto central do(s) espaço(s) educativo(s), bem como o envolvimento de todos os atores com participação ativa e sustentada neste processo de ensino-aprendizagem ou a aplicação de conceitos territoriais ao espaço escolar e vice-versa, são aspetos conceituais de relevância para uma escola que se precisa pensada para cada aluno e não para a existência virtual e infundada de um aluno médio padronizado. Para a construção de uma escola de qualidade que se quer assente na criatividade e nas potencialidades do aluno e do território, o Município tem um papel essencial por estabelecer um padrão de proximidade e complementaridade ao(s) processos educativos definidos por um Ministério que estabelece linhas de ação nem sempre exequíveis tendo em conta as características territoriais, demográficas e sociais específicas. O Município assume um papel de responsabilidade e acompanhamento na construção do Projeto Educativo Municipal que intenciona a melhoria objetiva dos resultados, a transmissão de melhores ferramentas para um futuro empreendedor e socioeconomicamente estimulante, a partilha do território como forma de aprendizagem e glocalização, entre outras formas de fomentar o conhecimento e o sucesso escolar.

A pergunta essencial no eventual processo de municipalização da educação está implícita na distância abstrata que se tem criado entre o Ministério e os territórios onde, de facto, decorre o processo educativo e

se conhece a forma como este se relaciona com o aluno e restantes parceiros educativos. Óbidos tem investido muito tempo e trabalho na educação para diminuir a distância entre a realidade e a padronização do conhecimento. A experiência e os resultados satisfatórios desta prática de investimento e proximidade revelam necessidades cada vez maiores de aproximação da educação aos municípios.

Palavras-chave: Individualidade; Processo educativo; Responsabilização; Território educativo.

EDUCAÇÃO CÍVICA E PATRIMÓNIO LOCAL (ATIVIDADE DE ENRIQUECIMENTO CURRICULAR)

Eva Baptista,
Fátima Teixeira,
J. A. Gonçalves Guimarães
ASCR-Confraria Queirosiana (V. N. Gaia)

A atividade de Enriquecimento Curricular «Educação Cívica e Património Local» foi criada em 2013 pelo Gabinete de História, Arqueologia e Património da associação Amigos do Solar Condes de Resende – Confraria Queirosiana, estando hoje integrada no Projeto *Gai@prende+* implementado pela Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia. É a materialização de uma disciplina autónoma de Educação para a Cidadania, acrescida e enriquecida com o desenvolvimento de competências relacionadas com o Património e com a História Local. Numa Educação de Valores, fomentando a defesa dos Direitos Humanos, a Inclusão, a Igualdade e a Justiça, visa educar para a compreensão do mundo em redor, para o conhecimento e valorização do Património Local, permitindo que o aluno/cidadão se identifique com a sua comunidade e nela intervenha consciente e ativamente.

Palavras-chave: Atividade de Enriquecimento Curricular; Educação cívica; Património local; Vila Nova de Gaia.

VIDA – SABER – CULTURA – CIDADANIA: O CENTRO CULTURAL EÇA DE QUEIROZ

Fernando Lemos,
Fernando Pinto,
Carlos Revez Inácio,
José António Silva,
Centro Cultural Eça de Queiroz (Lisboa)

Em 1987, um grupo de professores da atual Escola Secundária Eça de Queirós, nos Olivais, em Lisboa, aproveitando o facto de a Escola em que lecionavam se encontrar junto ao Palácio do Contador-Mor (atual Bedeteca dos Olivais), local queirosiano da cidade de Lisboa, decidiu formar uma associação cultural a que deu o nome de Centro Cultural Eça de Queiroz. No seu Projeto de Estatutos pontificavam os objetivos: estudo da vida e obra de Eça de Queiroz; estudo da cultura portuguesa nas suas diversas épocas, em especial, da do século XIX, época em que viveu Eça de Queiroz; estudo dos Olivais, Lisboa, porque espaço eciano relevante da cidade. Assim, promoveram-se visitas de estudo para sócios e não sócios, em Lisboa e a

locais ecianos como Porto, Tormes, Póvoa de Varzim, entre outros; proferiram palestras nomes importantes dos estudos ecianos, como Helena Cidade Moura e Beatriz Berrini, entre outras personalidades de relevo na cultura portuguesa e da vida de Eça de Queiroz. Uma das atividades mais relevantes foram as visitas temáticas a Escolas para conhecimento de locais temáticos da obra eciana em Lisboa e Sintra, relevadamente no que respeita a *Os Maias*. Mas igual e simultaneamente organizou-se para as Escolas da área dos Olivais visitas à Freguesia, assim como aos Amigos dos Castelos, ao Grupo Amigos de Lisboa, entre outros. Em 1993 foi inaugurada uma atividade nova: os Colóquios dos Olivais. O primeiro realizou-se no ano imediato e em 2014 efectua-se o XX. Dois dos sócios do Centro criaram no Convento de Balsamão, em Chacim, Macedo de Cavaleiros, as Jornadas Culturais de Balsamão, que levaram a efeito, este ano, as suas 17.^{as}. Também o Centro está envolvido, em Telheiras, no Centro Cultural de Telheiras, ainda não oficializado e em construção. Realizar-se-ão, no presente ano, as 11.^{as} Jornadas Históricas do Lumiar.

Da necessidade de promover a cultura, difundir o saber e de colaborar com diversas entidades, como Associações e Juntas de Freguesia nasceu o campo editorial do Centro Cultural, com a sigla CCEQ/ESEQ/CCT. Várias obras foram já publicadas. Tem colaborado com diversas entidades de foro cultural, locais e nacionais; destaca-se, por exemplo, a colaboração com a Universidade da Terceira Idade do Lumiar, com a Associação Nacional de Professores e com a Cooperativa Saudação; é proporcionada a lecionação de cursos sobre Simbologia e Literatura, Simbologia do Corpo Humano, História e Simbologia de Lisboa, entre outros. Projectos? Vários, nomeadamente colaboração com as Escolas – como já acontece com a Escola Secundária António Damásio – e com as entidades que a desejem, nomeadamente Juntas de Freguesia.

Palavras-chave: Associação cultural local; Escola pública; Eça de Queiroz; Freguesia dos Olivais (Lisboa).

(DES)CONSTRUÇÃO DE UMA TRÍPLICE RELAÇÃO: ESTADO, MUNICÍPIO, ESCOLA

Filomena Correia
Agrupamento de Escolas de Santa Bárbara, Porto

A definição do problema de investigação foi efetuada a partir da interseção de três eixos distintos, porém complementares: o território educativo da comunidade (Agrupamentos de Escola); o território educativo do Município; o Estado e a sua relação com as unidades que o compõem. Uma problemática que parte do argumento de que as escolas integram a administração educativa e se inserem num dado território educativo, logo impõe-se determinar como se relacionam entre si. Uma pesquisa que teve por objetivo determinar, num modelo onde as possibilidades da autonomia das escolas se cruzam com a ação da administração educativa e da administração local, quais os espaços de ação possíveis para uma autonomia da escola assente na participação da comunidade educativa no território educativo do Concelho de Gondomar. Uma investigação em que o objeto de estudo é constituído pelo(s) o(s) território(s) educativo(s) do Concelho de Gondomar, sendo que pretendemos através de uma abordagem qualitativa, e uma triangulação de métodos e técnicas reconhecer a multiplicidade de sujeitos que o compõe. Na presente investigação foram aplicados 139 inquéritos por questionário (N=173, n=139), aos membros dos Conselhos Gerais de Escolas Agrupadas do Concelho de Gondomar; e realizadas entrevistas semiestruturadas aos Diretores dos Agrupamentos de Escola (N=9, n=8). No que se refere às entidades políticas do Município de

Gondomar foi entrevistado o Vereador responsável pela Educação, bem como o Presidente da Assembleia Municipal. Os resultados obtidos permitiram-nos identificar lógicas contraditórias, bem como distintas formas de legitimação, no exercício da participação da comunidade, no sentido da afirmação da autonomia das escolas.

Palavras-chave: Estado; Escola comunidade educativa; Democracia; Autonomia; Território educativo.

REALIDADE BRASILEIRA MUNICIPAL: ESTRUTURA TRIPARTITE E AÇÕES EDUCACIONAIS DE PEQUENOS MUNICÍPIOS

Flávia Obino Corrêa Werle
Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Brasil

A comunicação situa a estrutura federativa brasileira, refere ondas municipalistas e analisa as atuais formas de articulação no seio da Federação. Apresenta uma síntese de pesquisa destacando como municípios de pequeno porte do sul do Brasil desenvolvem políticas educacionais visando qualificar a educação básica. A Constituição Federal de 1988 instaurou um novo pacto federativo entre os diferentes níveis de poder, com o que os municípios tiveram sua ação ampliada, obtendo um grau de autonomia inédito. Com a CF/88 ocorreu grande número de desmembramentos, iniciando-se uma "onda municipalista", entre 1996 e 2000 foram criados 25% dos municípios hoje existentes. No Rio Grande do Sul não foi diferente. Em 1809, eram apenas 4 municípios, Porto Alegre, Rio Pardo, Santo Antônio e Rio Grande. Em 1900, eram 64 municípios, em 1954, 112, em 1965, 232, em 1981, 233, em 1990, 333 chegando aos atuais 496 municípios. Pode-se falar de "onda emancipatória" no RS entre 1959 e 1965. Durante a década de 1960, nos governos militares não houve praticamente emancipações. A lei era exigente sendo necessário população superior a dez mil habitantes, centro urbano com mais de duzentos prédios, além de atendimento a critérios de arrecadação. Houve um vácuo de emancipações entre 1967 e o início dos anos oitenta, podendo-se falar, no final dos anos oitenta, em nova onda emancipacionista. Hoje as exigências são comparativamente menores. A federação brasileira tem um perfil tripartite envolvendo União, Estados e Municípios. Esta estrutura tridimensional é perpassada por tensões (simetria e assimetria, unidade e diversidade) embora proclame um federalismo cooperativo em que os entes federados e governo nacional têm ação conjunta e capacidade de autogoverno. A CF/88 declara regime de cooperação entre os entes federados, mas diferentes mecanismos de cooperação estão em prática entre os 5.565 municípios brasileiros (consórcios, convênios com setor privado, apoio da comunidade, articulação interinstitucional). Do total de municípios brasileiros, metade somam até 10.000 habitantes (25% dos municípios têm até 5.000 habitantes e 24% estão entre 5.000 e 10.000 habitantes). No Rio Grande do Sul quase 60% dos municípios soma até 10.000 habitantes, dos quais a grande maioria tem até 5.000 habitantes. Realizou-se um estudo qualitativo (visitas à Secretaria de Educação e escolas, entrevistas, consulta a documentos e dados secundários) junto a seis municípios de pequeno porte que apresentaram alto desempenho em avaliações de larga escala, com o objetivo de identificar as características das políticas e gestão educacional. Vale lembrar que há vários estudos acadêmicos sobre municípios de grande porte e de capitais e a realidade de gestão educacional de municípios de pequeno porte no país permanece na sombra. Os municípios em estudo apresentam nota

média padronizada entre 8,2 e 6,3 e possuem população total entre 2.300 e 19.000 habitantes. Apresenta-se características de políticas e gestão, dentre as quais citam-se neste resumo: Conhecimento aprofundado da realidade municipal e escolar; Pequena quantidade de funcionários na rede, com rodízio de funções; Constituição e desenvolvimento continuado de diferentes formas e espaços de atenção/formação de professores; Intensa articulação com outros municípios, etc. Esta comunicação insere-se no projeto vinculado ao Observatório de Educação Inep/Capes.

Palavras-chave: Gestão da educação municipal; Autonomia local; Território educativo.

AS REDES E PARCERIAS NA CONSTRUÇÃO DE POLÍTICAS EDUCATIVAS LOCAIS: A OPORTUNIDADE PERDIDA?

Florbela Sousa
*Instituto de Educação,
Universidade de Lisboa*

O papel das parcerias e redes tem sido um mecanismo central na mobilização do espaço local para a melhoria das experiências escolares e promoção de oportunidades de equidade para as crianças e jovens em processo de escolarização. O estudo desenvolvido no projeto “Trabalhar em Rede na Educação? Discursos e estratégias do poder autárquico em torno do sucesso e abandono escolares” contribuiu para a compreensão das políticas de descentralização emergentes, projetadas pelos novos modos de governação (Kooiman, 2003) evidenciados na convergência da autonomia das escolas com os municípios. As dinâmicas resultantes destas novas coligações (Ball, 2010) e transferência de competências entre o poder autárquico e as escolas, revelaram agendas locais e tomadas de decisão possibilitadoras de processos inovadores na resposta a problemas provindos da falta de recursos (Araújo, Sousa, Costa, Loureiro & Portela, 2013).

O estudo, de caráter qualitativo, explora o processo de integração da provisão de serviços educativos nos departamentos de educação dos municípios e o papel dos respetivos vereadores no reforço do poder local, no campo educacional. As entrevistas a vereadores da Educação, responsáveis dos departamentos de Educação, diretores escolares, presidentes dos concelhos gerais de agrupamentos e presidentes das associações de pais ocorreram em 25 concelhos, a nível nacional.

Dada a diferença de características sociais, geográficas e contextuais destes 25 municípios, o envolvimento dos diferentes atores e organizações apresentou uma considerável variação, certamente, influenciada pela natureza das culturas locais e historial anterior. No entanto, os resultados foram relevantes para compreender como estes políticos e agentes executivos avaliam o trabalho desenvolvido em conjunção com os atores escolares. Nesse sentido, é evidente que, quer os vereadores, quer os responsáveis administrativos preferem a relação direta com os diretores escolares e negligenciam a oportunidade de o fazer através dos Conselhos Gerais de Agrupamento, onde estão representados, parecendo sentir alguma dificuldade em tomar parte, diretamente, na definição das políticas de escola e favorecer as respostas sociais, enquanto preocupação partilhada na valorização do trabalho em rede na educação, constituindo uma realidade e um fenómeno em maturação.

Palavras-chave: Parcerias; Redes; Descentralização; Autarquias.

A MAÇONARIA E O ESPIRITISMO NO CAMPO EDUCACIONAL EM PELOTAS-RS, BRASIL NAS PRIMEIRAS DÉCADAS DO SÉCULO XX

Giana Lange do Amaral
Universidade Federal de Pelotas, Brasil
Marcelo Freitas Gil
*Instituto Federal de Educação, Ciência e
Tecnologia Sul-Rio-Grandense, Brasil*

O presente estudo, embasado em teóricos como Michel de Certeau, Pierre Bourdieu, Roger Chartier e Viñao Frago, dentre outros, analisa a influência da Maçonaria e do Espiritismo no campo educacional de Pelotas-RS, Brasil, nas primeiras décadas do século XX. Pelotas possui a sua gênese histórica associada à indústria do charque, que contribuiu para o seu acelerado desenvolvimento no século XIX. Com este crescimento econômico formou-se um ambiente de efervescência social e cultural, propício para a penetração da Maçonaria e para o posterior contato dos pelotenses com o Espiritismo, doutrina sistematizada na França a partir de 1857 pelo pedagogo Hippolyte Léon Denizard Rivail, que adotou o pseudônimo de Allan Kardec. A Maçonaria chegou a Pelotas na década de 1840, congregando indivíduos ligados ao comércio e proprietários rurais. Posteriormente, a instituição passou a incorporar também profissionais liberais, industriais e intelectuais. Já o Espiritismo chegou neste município na década de 1870, pouco depois de ter penetrado em importantes centros urbanos brasileiros da época, como o Rio de Janeiro e Salvador. Em 1901 as seis sociedades espíritas então existentes em Pelotas fundiram-se e deram origem à Sociedade União e Instrução Espírita, atualmente uma das mais antigas do Brasil em funcionamento ininterrupto desde a sua fundação. Na primeira década do século XX os maçons e espíritas pelotenses passaram a atuar no campo educacional com o objetivo de divulgar os seus ideais. Naquele momento histórico a Maçonaria estava envolvida em uma acirrada disputa político-ideológica com a Igreja Católica, que na ocasião possuía forte influência junto ao sistema educacional brasileiro. O Espiritismo, por sua vez, procurava se legitimar junto ao campo religioso brasileiro. Em 1902 os maçons fundaram o Gymnasio Pelotense, posteriormente municipalizado e que hoje se denomina Colégio Municipal Pelotense, uma das principais escolas do município. No ano de 1907 os espíritas criaram o Colégio União Espírita de Pelotas, instituição educacional que deu origem à Escola Assistencial Jeremias Fróes, atualmente também administrada pela municipalidade. A fundação dessas duas escolas representa a concretização de um ideal que se contrapunha ao projeto de ensino católico e que visava o estabelecimento de instituições educacionais assinaladas pelo espírito de tolerância e de inclusão, em uma época marcada por um projeto elitista no campo educacional.

Palavras-chave: Município de Pelotas; Educação; Espiritismo; Maçonaria.

O ESTUDANTE DISCUTINDO A ESCOLA: RELATO DE UMA EXPERIÊNCIA DE FÓRUNS DE ESTUDANTES ADULTOS EM RECIFE – BRASIL

Janayna Cavalcante
Universidade Federal do Maranhão, Brasil

No campo da Educação de Adultos, denominada no Brasil por EJA – Educação de Jovens e Adultos –, os principais sujeitos das políticas raramente são ouvidos na elaboração de planos, programas e projetos. A consulta aos estudantes é ação pouco frequente nos mecanismos formais de deliberação, ainda que, no cotidiano, docentes realizem a escuta e ampliação dessa voz para outras esferas além da sala de aula. A ausência de espaços formais de participação dos estudantes na construção histórica da educação de adultos constitui um caso de silenciamento de vozes e saberes, que desafia nossas premissas democráticas em torno da politicidade de toda educação, conforme defendia Paulo Freire. A presente comunicação retoma os enunciados produzidos pelos estudantes participantes dos Fóruns de Educação de Jovens e Adultos realizados na cidade do Recife, no estado brasileiro de Pernambuco, durante o ano de 2011. Nesses encontros, estratégias metodológicas e infraestruturais foram garantidas para propiciar a ampla participação dos estudantes ao falar sobre escola, ensino, currículo, docência, discência, bem como falar de si, de desejos, sonhos e projetos. Os enunciados produzidos foram sistematizados e são tomados neste trabalho como expressões de saberes sujeitos “desassujeitando-se”. Reflete-se a respeito da presença desses saberes como uma voz silenciada nos processos de definição de políticas de educação para a população adulta. O trabalho é um relato de experiência da concepção, execução e avaliação do processo dos Fóruns, com foco nas aprendizagens produzidas a partir da escuta dos estudantes, naquele espaço formalizado de discussão. As análises foram orientadas pelos fundamentos freireanos sobre politicidade da EJA e pelas ferramentas epistemológicas de Michel Foucault sobre discurso e poder. A partir dos enunciados sistematizados, reflete-se a respeito da dimensão conflitual das políticas na esfera local e os desafios de ordem institucional a serem enfrentados, no contemporâneo, a respeito da garantia do direito à educação para pessoas adultas na esfera municipal.

Palavras-chave: Educação de adultos; Políticas educacionais; Práticas de participação; Saberes.

EGEAC – SERVIÇOS EDUCATIVOS: UMA APOSTA COM DISTINTAS ABORDAGENS

João Senha,
Helena Pais Costa
Câmara Municipal de Lisboa

A EGEAC – Empresa de Gestão de Equipamentos e Animação Cultural, E.M., é uma Empresa Municipal, inteiramente detida pelo Município de Lisboa e resultante da reformulação, em 2003, da EBAHL – Equipamentos dos Bairros Históricos de Lisboa, E.M., iniciada em 1996. O objeto da EGEAC passa pela gestão, preservação e programação dos principais espaços culturais municipais, bem como pela produção de atividades culturais em espaço público, incluindo festivais, eventos de rua e as Festas de Lisboa. Pretende ser líder na criação e promoção cultural de Lisboa, referência na gestão de equipamentos e promoção de

eventos culturais diversificados, criando uma personalidade cultural para a cidade, estimulando a criação artística, investindo em projetos culturais de referência, e potenciando o diálogo entre a cidade e os seus públicos.

Equipamentos geridos pela EGEAC: Castelo de S. Jorge, Padrão dos Descobrimentos, Museu da Marioneta, Museu do Fado, Casa Fernando Pessoa, Maria Matos Teatro Municipal, São Luíz Teatro Municipal, Cinema São Jorge.

Principais eventos promovidos pela EGEAC: Festas de Lisboa, Carnaval de Lisboa, Natal em Lisboa, Lisboa na Rua, Música nas Praças, Rotas & Rituais.

Gerindo equipamentos culturais de referência, a EGEAC considera um investimento imprescindível os serviços educativos proporcionados por alguns destes espaços, permitindo um trabalho de criação de novos públicos, aproximando os futuros adultos à sua história, à sua cultura e aos espaços culturais. Para além das atividades que se passam dentro destes equipamentos, tem-se em alguns casos realizado uma aposta diferente na aproximação dos serviços educativos da EGEAC aos seus públicos, através da deslocação dos mesmos aos locais onde os potenciais visitantes se possam encontrar, não apenas nas escolas. Num registo diferente do habitual, temos o caso da participação da EGEAC na BTL – Feira Internacional de Turismo, onde apresentamos um elenco de atividades de serviço educativo oferecidas pela empresa. Neste contexto, que apresenta desafios específicos, foram já apresentadas atividades tão diversas como jogos de tabuleiro, encenações históricas, construção de origamis, teatro de fantoches e atuações de fado.

Palavras-chave: EGEAC; Cultura; Serviços educativos; Lisboa.

O PROCESSO DE INSTITUCIONALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO PRIMÁRIA EM UMBÁÚBA/SERGIPE (1955-1989): UM CASO BRASILEIRO DE MUNICIPALIZAÇÃO

Joaquim Francisco Soares Guimarães,
Raylane Andreza Dias Navarro Barreto
Universidade Tiradentes, Brasil

O presente trabalho teve por objetivo compreender o processo de institucionalização da educação primária no município de Umbaúba/Sergipe/Brasil. Vale ressaltar que, segundo as Constituições que vigoraram no período (1946, 1967 e 1988), embora com pequenas distinções, a República Federativa do Brasil é formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal e que sua organização político-administrativa compreende a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, todos autônomos. Dentre os múltiplos aspetos e competências que cabe ao município, ganha relevo, neste estudo, o panorama educacional. Este por sua vez, está revelado através da legislação concebida pelo Município sergipano de Umbaúba e tem como marco inicial a Lei Municipal n.º 01, de fevereiro de 1955 até a implementação da Lei Orgânica Municipal que teve início em 1989. Tais legislações foram entrecruzadas com as narrativas das primeiras sete professoras do território: Acinete de A. Bispo, Janete A. de Souza Cruz, Josefina B. Hora, Maria Isabel dos Santos, Maria Lita Silveira, Maura F. Hora e Risoneuma S. Feitosa. O que buscamos foi perceber, através da legislação e das trajetórias professorais como se compôs a municipalização da educação primária em Umbaúba, que por sua vez, começou antes mesmo da própria fundação da cidade,

com as “Cadeiras Isoladas”, quando sua circunscrição territorial estava atrelada à Vila de Cristinápolis (hoje cidade). Nesta investida de pesquisa estamos ancorados pelo aporte teórico da História Cultural e Social Inglesa, segundo Edward P. Thompson (1981) e pela concepção de município pedagógico de Justino Magalhães (2013). Para operar com as memórias, fizemos uso da metodologia da história oral, segundo as análises realizadas por Bosi (2003), bem como da pesquisa documental. Ao tomar o Município como unidade de observação, o que a investigação nos revelou foi que a dinâmica municipal embora tenha constituído e legitimado a educação primária da cidade, o que de fato foi pensado/projeto ficou aquém do idealizado e que, por isso, é preciso atentar para o local, bem como para uma história vista de baixo, haja vista que a história local constitui um conhecimento representativo que revela peculiaridades e singularidades que uma vez somada às histórias nacional e transnacional contribui para uma teorização acerca da modernidade escolar.

Palavras-chave: Educação; Institucionalização; Memória; Municipalização.

MANUAIS ESCOLARES: UM ESTUDO A PARTIR DA CULTURA LOCAL

Lívia Brisolla
Universidade Federal de Goiás, Brasil

Este estudo tem como objetivo principal, analisar os aspectos locais que expressam a cultura portuguesa nos manuais escolares do primeiro ano do Ensino Básico. Tal análise se inscreve no desejo de se indagar de que forma a cultura local está representada nos manuais escolares destinados ao ensino do português (alfabetização). O estudo toma como fontes três manuais escolares que circulam atualmente por diferentes territórios educativos, em grande parte dos municípios. Assim, numa primeira aproximação, observa-se que as imagens (ilustrações) e os textos (poéticos) se destacam por representarem um axioma repleto de história e cultura local. Por conseguinte, colaboram para um processo de alfabetização e letramento que tem sua base no saber sistematizado. Dessa forma, os manuais escolares são um espelho da sociedade que os produz, sendo assim, um território educativo de construção de conhecimentos, valores, atitudes e ideologias. As imagens (ilustrações) e textos (poéticos) se enquadram nesta perspectiva como forma de aproximar a cultura portuguesa ao cotidiano das crianças por meio da culinária local, dos monumentos históricos e dos poemas de escritores portugueses. O referencial teórico é composto pelos estudos desenvolvidos por autores como Justino Magalhães, Agustín Escolano e Isabel Calado.

Palavras-chave: Manuais escolares; Cultura local; Território educativo; Alfabetização.

A FORMAÇÃO DOCENTE NO PROGRAMA PROEJA – FIC/PRONATEC EM GOIÂNIA, NA PERSPECTIVA DOS EDUCADORES

Mara Franco de Sá,
Maria Aldina Gomes da Silva Francisco,
Andréia Ferreira Santos
Universidade Federal de Goiás, Brasil

O Programa Proeja – Fic/Pronatec tem como objetivo integrar a educação básica, na modalidade educação de jovens e adultos, à educação profissional. O referido programa ocorre em 10 (dez) escolas da Rede Municipal de Goiânia em parceria com o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás-IFG e Universidade Federal de Goiás-UFG, por meio da Faculdade de Educação/FE-UFG, no Brasil. Ao refletirmos sobre o Programa Proeja – Fic/Pronatec nos questionamos: O que pensam os educadores acerca da formação docente oferecida pelo Programa? Quais os desafios cotidianos vividos pela ação docente diante da proposta educativa apresentada? Essas questões nortearam a presente pesquisa que visa refletir sobre a percepção dos educadores acerca da formação docente ofertada no Programa Proeja – Fic/Pronatec, em Goiânia. Para o desenvolvimento deste trabalho, optamos pela abordagem qualitativa. Os dados da pesquisa foram coletados mediante aplicação de questionário. Essa técnica de coleta de dados, de acordo com Haguette (2005), possibilita que os sujeitos da pesquisa manifestem suas opiniões livremente, já que os questionários devem ser aplicados sem a exigência de identificação dos participantes. Para fundamentar o trabalho, nos apoiamos em autores como Machado (2009), Nóvoa (2014), Rodrigues (2000) e Santos (2007), entre outros. Em relação à distribuição do texto, o artigo será dividido em duas partes: a primeira trata da formação docente e a proposta formativa do Programa; na segunda, refletimos sobre os dados referentes à percepção dos docentes. Esse percurso nos permite entender elementos essenciais no debate acerca da formação docente para EAJA.

Palavras-chave: Formação docente; Proeja; Educação de Adultos; Educação e política.

FORMAÇÃO DE PROFESSORES PARA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS (EJA): POSSIBILIDADES PARA UMA PRÁTICA PEDAGÓGICA EMANCIPATÓRIA

Maria Cândida Sérgio
Secretaria de Educação de Pernambuco, Brasil

Este estudo² representa uma reflexão no âmbito das políticas públicas do Programa de Formação Continuada em Serviço para Professores do Estado de Pernambuco, no período de 2012 a 2014. Os professores que lecionam na Educação de Jovens e Adultos (EJA), no Ensino Fundamental e Médio,

² Financiado pelo CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico.

vivenciaram em termos pedagógicos uma (re)organização curricular à luz do paradigma crítico e emancipatório, que procurou, de acordo com o perfil exigido aos professores da EJA, possibilitar um aprofundamento teórico-prático a partir dos seus conhecimentos e saberes, de modo a possibilitar uma melhor atuação nas práticas formais e não-formais. As especificidades e necessidades dos estudantes da EJA nos dias de hoje, exigem professores comprometidos, autônomos e com um perfil específico para trabalhar na referida modalidade de ensino. A formação de professores em serviço constitui um espaço de debate, fundamental tanto para o desenvolvimento da autonomia, política e curricular, como para a produção de material didático e a (re)organização das práticas docentes. Os resultados obtidos revelam uma participação ativa, satisfatória, produtiva e significativa dos professores que atuam na sala de aula, bem como dos professores que atuam como coordenadores. Revelam também que a (re)organização do Projeto Político Pedagógico, quando realizada de forma coletiva e colaborativa, é fundamental para a superação de alguns desafios políticos, curriculares e metodológicos da prática pedagógica na EJA.

Palavras-chave: Formação de professores; Educação de jovens e adultos; Política curricular; Prática pedagógica.

JUNTAS ESCOLARES E GOVERNO DO LOCAL

Maria da Encarnação Ramires Marreiros Henriques
CLEPUL, Universidade de Lisboa

No contexto educacional, as contingências não permitem que a análise da ação pública se inscreva apenas na observação das leis e estruturas sociais e económicas, dado que a análise das transformações se estrutura na longa duração, na cultura e nas mentalidades. Observando-se a instrução pela "... visão das questões instrucionais (...) reforçou a organicidade e originou uma solução aberta à mediação externa, cuja regulamentação foi simultaneamente fator de ordem e de evolução..."³. As atas das Juntas Escolares, dos municípios do Norte ao Sul, evidenciam estruturas formais, no contexto do provimento da política educacional pública, no desenvolvimento indispensável aos municípios, independentemente da sua antiguidade. As Juntas Escolares, obedeceram a períodos distintos, o primeiro situando-se nos finais do século XIX (1881-1892), contribuindo para o reforço da melhoria da instrução e educação nos municípios. A legislação existente comprova, no entanto, as queixas e não cumprimento dos requisitos legais exigidos para o exercício da regulação exigida às juntas educativas. O primeiro quartel do século XX (Decretos n.º 5787 e 16024, de 10 de maio de 1919,⁴ e de 13 de outubro de 1928), acompanha a instabilidade e a incapacidade organizativa dos sucessivos governos republicanos. Os anos 30 permitirão consolidar a interferência central e nacional, na autonomia local e municipal. O relatório do Governador Civil de Faro observa a problemática do Trabalho, antes da situação política e da propaganda nacionalista e comunista. O poder centralizado e corporativo vai pela inauguração de Casas do Povo e organização centralizada em atividades nacionalistas, dar continuidade às aspirações locais para o melhoramento local das suas escolas, fazendo desaparecer as

³ Esta comunicação pertence ao trabalho desenvolvido no I. E., sob a orientação científica do Professor Doutor Justino de Magalhães, *Atlas – Repertório dos Municípios na Educação e na Cultura em Portugal (1820-1986)*, PTDC/CPE-PEC/116938/2010.

⁴ J. Salvado Sampaio refere na sua obra, editada em 1975, *O Ensino Primário 1911-1969. Contribuição Monográfica. Volume I: 1.º período – 1911-1922*.

Juntas Escolares, face a uma política centralizada a partir de 1936, pela Junta Nacional da Educação com duração até 1977.

Palavras-chave: Juntas escolares; Evolução; Governo do local e desenvolvimento.

BIBLIOTECAS POPULARES E MUNICIPAIS EM PORTUGAL, DO LIBERALISMO AO ESTADO NOVO

Maria de Fátima Machado Martins Pinto
Instituto de Educação, Universidade de Lisboa

A origem das bibliotecas populares e municipais radica na política cultural do liberalismo definida pela herança recebida com a extinção das ordens religiosas que motivou a criação do DLEC e originou o aparecimento das bibliotecas públicas, sobretudo distritais, seguindo o modelo francês. A existência de livros e a necessidade de alargar a leitura à nova classe política com cargos na administração central e local constituíram os principais fundamentos para o esboço de uma “rede pública de leitura”, assente no compromisso entre as atribuições do Estado e dos municípios mediado pelos governadores civis, e os contributos de carácter associativo e filantrópico.

Estas iniciativas foram acolhidas por uma sociedade liberal, onde as teses do Progresso, sustentadas por um ideal de homem perfeitável, ganhavam cada vez mais adeptos, enfrentando as reservas dos que encaravam o acesso ao conhecimento e à leitura como um perigo social e apontando o desenvolvimento da educação popular como estratégia facilitadora da aproximação da elite política aos cidadãos. Entre 1875-1880 o número de eleitores quase duplicou e com a 1.ª República ganhou ainda mais força a ideia da necessidade de preparação de um corpo eleitoral consciente da importância dos ideais republicanos, pelo que o código eleitoral de 1913 impôs a obrigatoriedade de ser alfabetizado para exercer os direitos políticos.

A criação das bibliotecas populares por D. António da Costa em 1870 integrou um conjunto de medidas em prol da educação popular, visando as classes mais desfavorecidas e reservando aos municípios um papel essencial: das 41 bibliotecas populares concedidas pelo Estado até 1886, 29 foram da sua responsabilidade. Porém, os municípios tinham apenas a administração económica das bibliotecas, pois a administração literária competia ao poder central que assim mantinha o controlo político-ideológico. A oscilação entre medidas de centralização/descentralização condicionou a ação dos municípios na educação e na cultura, vincando a hierarquização e burocratização do sistema. Na 1.ª República o debate sobre a BPL reflete essa indefinição, ultrapassada pelo regime salazarista com a adoção de uma política mais centralizadora, onde se diluía a dicotomia popular/erudita que marcava as bibliotecas, apesar de persistir nas práticas de leitura e no conceito de educação.

Espera-se que o esboço de uma geografia das bibliotecas populares e municipais possa evidenciar o sentido da sua evolução no período em estudo.

Palavras-chave: Biblioteca popular; Biblioteca municipal; Leitura pública; Educação popular.

O ENSINO DO CANTO CORAL NAS ESCOLAS MUNICIPAIS DE LISBOA NOS FINAIS DO SÉC. XIX

Maria José Artiaga
*Faculdade de Ciências Sociais e Humanas,
 Universidade Nova de Lisboa*

O Canto Coral, apesar de institucionalizado pela primeira vez no ensino primário e nas escolas normais em 1870, enfrentou grandes obstáculos na sua implementação. Segundo o músico e pedagogo Tomás Borba, a principal causa residia na falta de preparação musical dos professores generalistas e num ensino centrado no saber ler, escrever e contar.

Depois da transferência da responsabilidade da instrução primária oficial para os municípios, a disciplina seria considerada, em Lisboa, "uma necessidade absoluta" e sob proposta do vereador da Instrução, José Elias Garcia, a sua inclusão no ensino primário da capital seria aprovada por unanimidade a 7 de março de 1881. Para a lecionar foram indicados três professores do Conservatório – Francisco de Freitas Gazul, Guilherme Ribeiro e Alfredo Gazul. No ano de 1886 já todas as escolas centrais do Concelho de Lisboa tinham Canto Coral. Numa época em que a massificação do ensino primário era uma preocupação generalizada e em que a música surgia no discurso de muitos pedagogos e intelectuais do tempo como um complemento necessário, colocava-se aos profissionais da música um desafio e uma oportunidade de pôr em prática, nas escolas municipais, uma formação solidamente adquirida por oposição aos conhecimentos musicais mais incipientes dos professores primários.

É sobre a singularidade desta experiência, realizada numa altura em que se procurava um pouco por toda a Europa fazer chegar a música por métodos rápidos e eficazes a todas as crianças, que pretendemos refletir.

Palavras-chave: Canto Coral; Ensino primário; Escolas municipais; Século XIX.

PLANEJAMENTO NA EDUCAÇÃO MUNICIPAL NO TOCANTINS: PROCESSOS DE CONSTRUÇÃO DE PLANOS, REGIME DE COLABORAÇÃO, GESTÃO DEMOCRÁTICA

Rosilene Lagares,
 Adaíres Rodrigues de Sousa,
 Greice Quele Mesquita,
 Jemima G. Barreira Cavalcante
Universidade Federal de Tocantins, Brasil

Este trabalho apresenta resultados parciais de pesquisa em desenvolvimento no subgrupo de Estudos, Pesquisa e Extensão em Educação Municipal da UFT/NEPCE, que tem como objetivo desenvolver estudos, pesquisa e extensão em educação municipal, organizada em redes de ensino ou sistemas de educação, abordando as relações históricas entre Estado e Sociedade e o processo de gestão, legislação, políticas públicas curriculares e educativas, história e memória em âmbito municipal, nacional e internacional. A pesquisa completa é de natureza mista (qualitativa e quantitativa), de caráter teórico-empírico e analítico, com dados e informações coletados por meio de pesquisa bibliográfica, documental e de campo. No que diz respeito aos documentos, estão sendo coletadas, para posterior análise, todas as produções emanadas do Ministério da Educação (MEC) relacionadas aos PMEs, bem como as produções no âmbito do Estado do

Tocantins e dos Municípios envolvidos em um processo deflagrado pelo MEC em 2013, para a elaboração ou adequação dos PMEs em todo o País, tendo em vista a aprovação do Plano Nacional de Educação (PNE), por meio da Lei n.º 13.005/2014. Neste texto, são descritos aspectos desta política pública e da gestão da educação no Brasil, abordando, especificamente, processos/documentos de orientação do MEC, ações de alguns dos 139 (cento e trinta e nove) Municípios na elaboração ou adequação de seus PMEs e concepções e conceitos que os perpassam. No Tocantins, até o início do ano de 2014, um georreferenciamento demonstra que dos 139 Municípios, apenas seis elaboraram seus PMEs. Neste contexto, predomina a visão de administração municipal restrita às suas instituições escolares e ao tempo de sua gestão, sem relação ou articulação com metas nacionais comuns com vistas à materialização do Sistema Nacional de Educação.

Palavras-chave: Institucionalização da educação municipal; Gestão da educação; Planos Municipais de Educação; Brasil – Tocantins.

LER, ESCREVER E CONTAR NOS QUATRO BAIRROS DE LISBOA: A EXPERIÊNCIA DESCENTRALIZADORA DE 1913-1918

Teresa Teixeira Lopo
*Faculdade de Ciências Sociais e Humanas,
Universidade Nova de Lisboa*

À experiência de descentralização do serviço público de instrução primária, instituída pelo decreto de 29 de março de 1911, e posta em execução pelas leis de 29 de junho de 1913 e de 7 de agosto de 1913, porá termo, em 12 de julho de 1918, um decreto do governo de Sidónio Pais, em que se justifica essa decisão pelo limitado alcance dos benefícios que produziu para os interesses do ensino e do professorado. A cercear o impacto positivo que se esperou pudesse resultar dessa experiência elencam-se, em geral, os fatores da falta de preparação, inexperiência e da escassez de recursos dos municípios para administrar a instrução primária e, assim, cumprir bem, entre outras, as suas funções administrativas de manter e reparar o edificado escolar, adquirir mobiliário e material didático, nomear os professores necessários e pagar-lhes com regularidade os seus vencimentos.

A Câmara Municipal de Lisboa contestará, vigorosamente, esse decreto centralizador, destacando-se nas intervenções dos seus vereadores nas sessões camarárias e nas exposições que dirigem ao Congresso da República e ao Secretário de Estado da Instrução, o argumento do interesse, dedicação e entusiasmo da edilidade no fomento e em benefício da causa da instrução pública, daí decorrendo, que o serviço de instrução primária não perdera; pelo contrário, ganhara em número de escolas, alunos e professores com a sua passagem do Estado para a Câmara Municipal de Lisboa.

Revisitando as atas das sessões da comissão executiva e administrativa da Câmara Municipal de Lisboa, os seus orçamentos e contas, relatórios, anuários e outras compilações estatísticas sobre a instrução pública e o ensino primário oficial, propomo-nos com esta comunicação, justamente, analisar e debater essa experiência de descentralização e os seus resultados nos círculos escolares dos quatro bairros de Lisboa.

Palavras-chave: Descentralização; Instrução primária; Lisboa; I República.

O PROCESSO DE MUNICIPALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO EM RIO PRETO E A ATUAÇÃO DAS ELITES LETRADAS LOCAIS: REIVINDICAÇÃO EM TEMPOS DE MODERNIZAÇÃO

Vinícius Vieira Silva
Universidade Federal de Uberlândia, Brasil

Faria (2007), ao destacar o processo histórico da educação no município de São José do Rio Preto, apresenta avanços e retrocessos que o município teve em sua participação no processo educativo de crianças até 14 anos, ao longo de mais de um século do ensino primário. Na década de 1920, como demonstraram os estudos de Campos (2004) e de Silva (2009), o cenário político da região do Noroeste Paulista estava como uma configuração um tanto quanto diferenciada, se comparado com os anos anteriores, não estando os seus agentes vinculados, diretamente e necessariamente, às atividades cafeeiras, destacando-se, então, os relacionados às atividades letradas, como jornalistas. Silva (2014), ao fazer uma análise relacionando matérias veiculadas no jornal local *A Notícia* e o *Album Ilustrado da Comarca de Rio Preto (1927-1929)*, ambos impressos encabeçados pelas elites letradas locais, identificou que, dentre as temáticas que essas elites lutaram neste período, estava a da municipalização da educação, no sentido de torná-la, de fato, uma realidade e um compromisso social com o progresso e a urbanização que se buscava para a mencionada região. Atentando-se para o contexto nacional, tendo Saviani (2007) como fundamentação teórica, verifica-se que esta municipalização tangenciava um projeto maior, que era o de modernizar o país, de tal forma que se apregoava a máxima de que a escolarização era o único caminho para se alcançar a civilização no Brasil. Neste sentido, pelo presente artigo, serão expostos alguns resultados do estudo acerca da historicidade de municipalização da educação em Rio Preto, dando ênfase para o período de 1920, bem como para a atuação das elites letradas locais neste processo, no sentido de situá-la no contexto nacional, demarcando as influências na identidade e na memória local construída.

Palavras-chave: História; Educação; Elites letradas; Noroeste paulista.